Economía y empresa en el contexto ibérico post covid

Cámara de Comercio Hispano Portuguesa

Madrid, 10 de março de 2022

Intervenção de António Saraiva, Presidente da CIP

As economias portuguesa e espanhola foram, no contexto europeu, das que **sofreram um maior impacto da crise pandémica** (quebra de 8,4% do PIB em Portugal e 10,8% em Espanha).

Alcançámos, nos últimos meses, uma **recuperação notável, graças à resiliência das empresas.** Em 2021 o PIB cresceu 4,9% em Portugal e 5,0% em Espanha. As expectativas – antes do início da guerra na Ucrânia – apontavam para que o nível de atividade económica anteriores à crise fossem atingidos em Portugal em meados deste ano e em Espanha no quarto trimestre.

No entanto, depois de duas décadas em que alternámos crises e crescimento anémico, a nossa ambição está muito longe de ser apenas a de alcançar os níveis de atividade económica anteriores à pandemia. Não nos podemos resignar a que, com o enfraquecimento da componente cíclica da recuperação, regressemos a um ritmo de crescimento medíocre. **Mais do que recuperação, a transformação da economia é um imperativo**.

Passemos, então às grandes linhas da estratégia que defendemos:

O objetivo do crescimento passa, necessariamente, pelas empresas, nomeadamente pelo **capital humano**, que é o seu principal ativo, e pelo **investimento**, indispensável à incorporação de inovação tecnológica nos produtos e nos processos.

Consequentemente, elegemos duas prioridades:

- o fortalecimento da estrutura financeira das empresas, mediante a colocação no terreno de soluções que promovam a sua capitalização e facilitem o acesso ao financiamento;
- um exigente processo de reconversão da força de trabalho e da sua permanente adequação às necessidades das empresas.

Para investirem, aumentarem a sua capacidade produtiva, a sua produtividade e melhorarem os níveis de competitividade, tanto nos mercados domésticos como externos, as empresas têm de ter acesso, quer a adequados instrumentos de dívida – curto, médio e longo prazos – quer a capital.

No entanto, as dificuldades no financiamento da atividade empresarial continuam a constituir um sério constrangimento ao investimento e à inovação tecnológica, travando a necessária mudança estrutural da economia.

O sistema bancário continua a falhar na canalização de recursos financeiros para o setor produtivo. Esta situação é particularmente preocupante porque uma das fragilidades estruturais do nosso tecido empresarial é a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo, num quadro de estruturas financeiras pouco sólidas, devido elevados níveis de endividamento.

Há anos que a capitalização das empresas é reconhecida como uma necessidade absoluta para a competitividade da economia e os efeitos presente crise tornaram ainda mais premente esta prioridade. A degradação da situação económica e financeira das empresas levou à inversão da tendência de redução do seu nível de endividamento - em percentagem do PIB – que, em Portugal, se vinha a verificar desde o final de 2012.

É assim crucial promover um esforço dirigido ao fortalecimento das estruturas financeiras e de recapitalização das empresas economicamente viáveis.

Na vertente do capital humano, apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas, Portugal é, ainda, o país da União Europeia com a mais alta percentagem da população empregada com baixas habilitações. O défice de qualificações está longe de ser ultrapassado e não nos podemos limitar a esperar pelas novas gerações.

A falta de profissionais com competências adequadas às necessidades das empresas é um problema real que corre o risco de se tornar dramático. Há efetivamente falta de profissionais – sobretudo profissionais especializados e chefias intermédias – para fazer face ao aumento de produção, à alteração de processos e à introdução de novas tecnologias.

Por outro lado, o desafio da transformação digital e tecnológica impõe a necessidade de um exigente processo de reconversão da força de trabalho e da sua permanente adequação às necessidades das empresas.

Importa, pois, incentivar a requalificação dos recursos humanos ao longo da vida e incutir nos trabalhadores uma mentalidade de formação contínua, por forma a que todos acompanhem a evolução do mercado de trabalho.

É crítico que sejam tomadas medidas para aproximar a oferta e a procura no mercado de trabalho, sob pena de travar a inovação e o crescimento das empresas e manter inativo um segmento da nossa população.

Os **fundos europeus** são um importante instrumento que deve ser colocado ao serviço desta estratégia de crescimento. As verbas disponíveis nos próximos anos, de caráter inédito e seguramente irrepetível, constituem uma janela de oportunidade que deve ser corretamente utilizada.

Na sua aplicação deverão estar presentes estes **dois grandes objetivos: mais e melhor investimento privado e mais e melhores qualificações da população ativa**; em coerência com as opções estratégicas europeias, mas enfrentando os problemas que travam, e nalguns casos bloqueiam, a produtividade e o crescimento das nossas economias.

Tal implica que as medidas dirigidas às empresas tenham um peso consentâneo com o papel central que, forçosamente, desempenham na recuperação e transformação da economia.

Em Portugal, o PRR não refletiu adequadamente esta realidade. Sei que é esta, também, a avaliação feita pelas empresas espanholas relativamente ao PRR de Espanha. Em Portugal, é já claro o desfasamento entre as verbas alocadas à inovação empresarial e a forte resposta por parte das empresas a algumas das medidas, a qual surpreendeu o Governo. Temos defendido que o Acordo de Parceria com a Comissão Europeia corrija este excessivo enviesamento da utilização dos fundos europeus para o investimento no setor público ou através do setor público, resultando na menorização do papel das empresas.

Tal implica, também, que a utilização destes fundos se dirija a medidas de caráter estrutural, evitando o desvio destes recursos para medidas de caráter corrente.

No investimento público, é preciso assegurar que os fundos se dirigem prioritariamente para investimentos orientados para o fomento da competitividade e internacionalização da economia e não para equipamentos e serviços básicos, que caberá ao Orçamento do Estado financiar.

Denunciamos, recentemente, no que diz respeito ao setor da saúde, sinais muito claros de que o PRR está a substituir-se ao Orçamento do Estado.

No que diz respeito às medidas dirigidas às empresas, o quadro decorrente do próximo Acordo de Parceria deverá ser aproveitado para a implementação de mecanismos de simplificação e de alinhamento dos incentivos com a lógica empresarial de investimento, sem prejuízo, naturalmente, das opções de política pública de responsabilidade dos governos.

Para além da reorientação das políticas económicas, a transformação da economia que pretendemos exige **reformas**.

Logo em março de 2020, a BusinessEurope afirmou que, à medida que passássemos de iniciativas de emergência de gestão da crise para a tarefa a mais longo prazo de reiniciar o crescimento e reconstruir a economia, seria importante concentrarmo-nos em reformas capazes de desbloquear o potencial económico da Europa. Reformas que atuem do lado da oferta da economia, combatendo os obstáculos a uma produção eficiente e ajudando assim a aumentar a produtividade, o investimento e o emprego.

Em Portugal, identificamos facilmente muitos destes obstáculos, que sucessivos governos não têm conseguido resolver: uma fiscalidade opressiva e instável; uma administração pública ineficiente, que se reflete em burocracia injustificada, morosidade nos processos e hiper-regulamentação; uma justiça lenta e ineficaz.

Assim, entre as reformas estruturais que devem integrar uma estratégia de crescimento da economia, destacámos três: **reforma fiscal, reforma da Administração Pública e reforma da Justiça**.

No domínio da **fiscalidade**, é necessário inverter a tendência de aumento da carga fiscal sobre a economia e atenuar os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável, tornando-o mais competitivo, mais previsível e simples, por forma a relançar duradouramente o investimento.

Em Portugal, a redução do nível de tributação direta sobre as empresas é crucial, pois temos a taxa nominal mais elevada de toda a OCDE. Este desnível verifica-se também no que diz respeito à taxa de imposto efetiva.

Defendemos também uma forte redução da tributação sobre os lucros retidos e reinvestidos, como forma de estimular o investimento.

Contudo, não bastam medidas, mais ou menos desgarradas. É preciso ir mais longe e levar a cabo uma reforma profunda da fiscalidade, que proporcione um quadro legal mais simples, transparente, coerente e compreensível.

Quanto à **reforma da Administração Pública**, ela não se poderá limitar a um esforço de modernização e de investimento público nas tecnologias digitais e nas ferramentas informáticas. O objetivo é que os serviços públicos sejam reconhecidos pela sua utilidade e pela importância que têm para a sociedade. Para isso, a Administração Pública terá de se reorganizar de uma forma lógica, em função do serviço que presta. O resultado será uma estrutura mais eficiente, mais eficaz, consumindo menos recursos e propiciando um serviço público de maior qualidade.

A reforma deverá incidir, igualmente, na eliminação dos entraves burocráticos que mais afetam as atividades económicas.

Apesar dos esforços havidos na simplificação administrativa dos processos e que, temos que o reconhecer, produziram resultados visíveis, assiste-se hoje, surpreendentemente, a um recrudescer de obrigações declarativas e de formalidades claramente escusadas e, o que é pior, trazendo sempre consigo mais custos para as empresas e, não poucas vezes, alívio de custos para o Estado.

Estes excessos burocráticos (que representam sempre custos adicionais) têm uma característica comum que é a de se tornarem permanentes, constituindo-se assim como um evidente fator de perda de competitividade nacional.

Entre as linhas orientadoras para uma estratégia de crescimento tem de constar a de travar o contínuo surgimento de novas obrigações legais que implicam mais custos para as empresas e libertá-las de encargos que constituem ainda um evidente fator de perda de competitividade.

É necessário que o princípio da "comporta regulatória" (ou "one in one out") seja efetivamente aplicado, tanto a nível europeu como nacional, impedindo que surjam novas normas que onerem os cidadãos ou as empresas sem uma desoneração pelo menos equivalente, através da alteração ou eliminação de outras normas.

A **reforma da justiça** deverá ter como foco os cidadãos e a necessidade de restaurar a sua confiança nas instituições e no próprio regime democrático, mas não poderá deixar de incidir na justiça económica, na medida em que condiciona o regular funcionamento das empresas e as decisões de investimento.

Estas são as grandes linhas das propostas apresentadas, em Portugal, pelas cinco grandes confederações reunidas no Conselho Nacional das Confederações Patronais – criado em maio do ano passado. Fizemo-lo no contexto das eleições legislativas do passado dia 30 de janeiro, como contributo dirigido aos decisores que exercerão o poder político nos próximos quatro anos.

Subitamente, **a invasão da Ucrânia criou uma nova realidade**. Embora continue convicto da atualidade da estratégia que procurei resumir, os acontecimentos trágicos a que vimos assistindo nos últimos 15 dias põem em causa todas as perspetivas que vínhamos construindo. Vieram tornar dramático o que já era grave.

Já estávamos a viver uma situação de alguma escassez de alta de preços para várias matérias-primas, designadamente, metais; já estávamos a suportar uma fase de subida de preços de gás natural (e, por arrasto. de eletricidade).

Somos agora confrontados em acréscimo à situação que já tínhamos com uma ameaça de escassez de matérias-primas energéticas em ambiente de crise de segurança global. Este quadro é particularmente preocupante no caso do gás, em que dependemos todos do abastecimento externo.

Pugnámos, sempre, pela diversificação, não só das suas origens, mas também dos pontos de entrada na UE.

As circunstâncias nunca permitiram que a nossa posição pudesse ser acolhida.

No entanto, é hoje patente que as condições de receção existentes na Península Ibérica poderiam ser extraordinariamente úteis na segurança de abastecimento dos restantes países europeus, caso existisse capacidade suficiente de interligações com França.

Tal já está a ser reconhecido; resta saber se vamos a tempo.

Refiro, em primeiro lugar, o abastecimento em gás natural porque ele é hoje vital para as empresas. E a este respeito poderei indicar algumas que as dependências energéticas setoriais, em Portugal, são as seguintes:

- Vidro: 81%
- Têxtil: 69%
- Cerâmica: 74%
- Metalúrgicas: 47%
- Química: 47%
- Agroalimentar: 46%
- Papel e pasta de papel: 36%

A agravar esta situação, em qualquer destes casos, o gás está em primeiro lugar nas necessidades de energia de todos estes setores.

As decisões e objetivos contidos no Pacto Ecológico Europeu apontam para a utilização de hidrogénio ou de outras tecnologias inovadoras.

Estamos, certamente, empenhados nessa transição, mas a crise instalou-se hoje e o bom-senso manda que não se descarte o que temos porque o futuro pede outras prioridades.

Quero com isto dizer que devemos aproveitar a situação geográfica e as infraestruturas que já possuímos a bem das nossas economias.

Também na eletricidade, é fundamental o aumento da capacidade de interligações da Península Ibérica com o resto da Europa, único modo de otimizar o conjunto das economias europeias e de potenciar a superior capacidade de produção renovável na Península Ibérica.

A Comunicação da Comissão Europeia ontem divulgada vem reconhecer precisamente o aumento das interconexões das redes europeias de gás e eletricidade, referindo explicitamente como críticas as que ligam Portugal, Espanha e França.

Esta comunicação centra-se no objetivo de diversificar as fontes de abastecimento de energia, com pouca exposição a parceiros imprevisíveis, e de investir na produção de alternativas economicamente sustentáveis na Europa.

Lamentavelmente, este caminho leva tempo a produzir resultados. Isso deixa-nos, agora, vulneráveis face às ameaças da Rússia e perante a necessidade de recorrer a paliativos para mitigar o impacto do aumento de preços, energéticos e não só, nas economias europeias.

Precisamos de respostas urgentes. Respostas que ainda não são claras.

A nível nacional, estão a ser equacionadas medidas para mitigar os efeitos desastrosos que os aumentos de custos estão a ter nas empresas.

Defendemos medidas de apoio excecionais às empresas que devem utilizadas enquanto o problema persistir, e dirigidas às empresas de acordo com a sua necessidade, tipologia e setor.

Defendemos, há dois dias, na reunião do Governo com os Parceiros Sociais, que esta situação extraordinária exige extraordinária redução dos impostos, nomeadamente, do ISP (impostos sobre os produtos petrolíferos).

Mas queria sublinhar aqui, convosco, que a Europa tem de responder, unida, a esta catástrofe. Politicamente e economicamente. Em todas as frentes, solidariamente, construindo soluções comuns, com uma coesão ainda superior à que soube contruir face à pandemia. Mais uma vez, a união fará a força da Europa.

A Europa pode atuar, unida, em várias frentes, das quais destacaria as seguintes:

- Na compra conjunta ou concertada de gás natural e petróleo, uma vez que não existe produção significativa na Europa.
- Justifica-se também urgência na alteração das regras que ditam a formação de preços no mercado da eletricidade, para acomodar as características da atual situação dos mercados.
- Vemos, ainda, com bons olhos a ideia de reforço da emissão dívida conjunta para apoiar os Estados-membros, através de empréstimos, no financiamento das despesas com defesa e energia.

A mensagem final que aqui deixo é de, neste momento, preservarmos a unidade que soubemos construir. Sabendo, como declarou a BusinessEurope na sua mensagem de ontem ao Conselho Europeu, que: “A força global da União Europeia vem de seu poder económico baseado nos valores europeus”, sendo, por isso “da maior importância que cuide bem da sua economia”. Unida na diversidade. Unida, ainda mais, na adversidade.